

PLANEJAMENTO POPULAR EM CONTEXTO DE CONFLITO: TEMPORALIDADES E REPERTÓRIOS NAS OCUPAÇÕES NA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC) (SESSÃO TEMÁTICA 10: TERRITÓRIOS, LUTAS SOCIAIS E PLANEJAMENTO EM SITUAÇÃO DE CONFLITO)

Simone Polli

UTFPR | simonep@professores.utfpr.edu.br

Aline Sanches

USP | sanchesaline@usp.br

Carolina Gama

UTFPR | carolina.gamarom@gmail.com

Giulliana Mariah Martins do Vale

UTFPR | giullianamariah@alunos.utfpr.edu.br

Giovana Villela Santos Victor

UTFPR | gvillelasv@gmail.com

Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em situação de conflito

Resumo: O planejamento em contexto de conflito se baseia em ações de auto-organização popular, que são definidas ao ritmo do próprio conflito. As ocupações da CIC compõem este cenário, e são formadas por cinco ocupações contíguas no território: Nova Primavera; 29 de Março; Tiradentes; Dona Cida; e Tiradentes 2. Por meio de entrevistas, visitas à campo, dados do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, e pesquisa documental, o artigo objetiva compreender em que medida as resistências promovidas pelas ocupações da CIC se constituem em planejamento conflitual por meio da análise do repertório e temporalidade dos conflitos, no período de 2012 a 2024. Para isso, é analisada a gramática das mobilizações, com a constituição de repertório e práticas estabelecidas em território. E ainda, analisa-se a temporalidade do conflito, marcada por sua diversidade e moldada ao ritmo do conflito. As experiências relatadas no artigo apontam os limites das políticas públicas, do planejamento Estatal, como também do planejamento popular. Os conflitos tensionam o *status quo* e a multiplicidade de disputas podem apontar para transformações mais amplas condizentes com a demanda social.

Palavras-chave: Planejamento; Conflito; Moradia; Ocupação urbana; Curitiba.

POPULAR PLANNING IN THE CONTEXT OF CONFLICT: TEMPORALITIES AND REPERTOIRES IN THE OCCUPATIONS OF THE CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)

Abstract: Planning in conflict contexts is based on actions of popular self-organization, which are defined by the rhythm of the conflict itself. The CIC occupations form part of this scenario, consisting of five contiguous occupations: Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes, Dona Cida, and Tiradentes 2. Through interviews, field visits, data from the Urban Conflict Observatory of Curitiba, and documentary research, this article aims to understand the extent to which the resistances promoted by the CIC occupations constitute conflictual planning, analyzing the repertoire and temporality of the conflicts from 2012 to 2024. The study examines the grammar of mobilizations, focusing on the constitution of a repertoire and practices established within the territory. Additionally, it analyzes the temporality of the conflict, characterized by its diversity and shaped by the rhythm of the struggles. The experiences reported highlight the limitations of public policies, state planning, and popular planning. The conflicts challenge the status quo, and the multiplicity of disputes may indicate broader transformations in line with social demands.

Keywords: Planning; Conflict; Housing; Urban occupation; Curitiba.

PLANIFICACIÓN POPULAR EN EL CONTEXTO DEL CONFLICTO: TEMPORALIDADES Y REPERTORIOS EN LAS OCUPACIONES DE LA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)

Resumen: La planificación en contextos de conflicto se basa en acciones de autoorganización popular, definidas por el ritmo del conflicto. Las ocupaciones de la CIC forman parte de este escenario, compuestas por cinco ocupaciones contiguas: Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes, Dona Cida y Tiradentes 2. A través de entrevistas, visitas de campo, datos del Observatorio de Conflictos Urbanos de Curitiba y pesquisa documental, el artículo busca comprender cómo las resistencias en estas ocupaciones constituyen una planificación conflictiva, analizando el repertorio y la temporalidad de los conflictos entre 2012 y 2024. Se examina la gramática de las movilizaciones, el repertorio y las prácticas en el territorio, y la temporalidad del conflicto, marcada por su diversidad y el ritmo de los enfrentamientos. Las experiencias destacan los límites de las políticas públicas, la planificación estatal y la popular. Los conflictos desafían el statu quo, y la multiplicidad de disputas puede señalar transformaciones más amplias en conformidad con las demandas sociales.

Palabras clave: Planificación; Conflicto; Vivienda; Ocupación urbana; Curitiba.

INTRODUÇÃO

Nas periferias, a moradia e a infraestrutura são comumente autoproduzidas de forma precarizada. O tempo da construção varia de acordo com o momento, considerando a disponibilidade de recursos, ou sua escassez, conflitos pela terra, ameaças de remoções, e dificuldades técnicas. A constância é a própria instabilidade.

As lutas por acesso à terra urbanizada, moradia e infraestrutura são um campo conflitivo, envolvendo, por vezes, disputas pela propriedade da terra, mercado imobiliário especulativo, associado à insuficientes políticas habitacionais. As ameaças de remoção, a falta de acesso à terra urbanizada e a negligência do Estado são vistas repetidas vezes em territórios populares pelo país.

Entretanto, em meio aos desafios cotidianos há resistências para garantir a sobrevivência e lutar pelos direitos, destacando as práticas de grupos organizados. Ressalta-se que os desafios e resistências são permeados por contradições, e não compõem uma dicotomia entre o resistir e se conformar, são entendidos aqui numa espécie de relação ambígua (Sanches; Polli; Gama, 2023). Ainda, estas situações também conseguem destacar a colaboração de diversos agentes externos à ocupação, seja em ações pontuais ou um trabalho contínuo ao longo do tempo (Sanches, 2021).

Em Curitiba, este cenário se repete. Embora exista uma construção da imagem de “cidade modelo” (Sánchez, 2001), historicamente a habitação popular foi negligenciada no planejamento urbano no município (Albuquerque, 2007). Ao mesmo tempo, o orçamento aplicado no setor habitacional em Curitiba é muito baixo. No ano de 2021, 0,16% foi destinado à habitação de interesse social. Nos anos seguintes, 2022 e 2023, a porcentagem foi de 0,42% e 0,39% respectivamente (AMEP, 2024). Ainda, a política habitacional no município apresenta uma descontinuidade das ações, atreladas aos parques investimentos na produção de novas unidades (Lunelli, 2024).

Vários autores como Tanaka, Coli e Costa (2023) destacam a incapacidade do Estado em atender de forma integrada às demandas sociais no território, seja pela organização hierárquica-burocrática do Estado, ou os baixos recursos investidos, ou mesmo as baixas capacidades institucionais instaladas. Por outro lado, organizações e movimentos sociais, institutos e universidades têm-se integrado para apoiar ações de auto-organização da população, com vistas a regularização fundiária dos assentados e permanência no local. São ações de auto-organização territorial, denominado neste artigo de práticas de planejamento conflitual, que envolve a organização social na luta por direitos.

O artigo debruça sobre as práticas ocorridas na luta pela moradia nas Ocupações da CIC, organizadas pelos moradores, associações de moradores, Movimento Popular por Moradia (MPM), e outras entidades apoiadoras. Fazem parte: Nova Primavera - ocupada em 2012, 29 de Março - 2015, Tiradentes - 2015, Dona Cida - 2016, e Tiradentes 2 - ocupada em 2021 e removida em 2024.

O objetivo do artigo é compreender em que medida as resistências promovidas pelas ocupações da CIC se constituem em planejamento conflitual por meio da análise do repertório e temporalidade dos conflitos, no período de 2012 a 2024.

O artigo inicia com a discussão teórica em torno do planejamento conflitual ou em situação de conflito. Em sequência apresenta o estudo empírico, as ocupações da CIC, destacando em sua história as práticas que apontam para insurgências. A análise inicia com a gramática das mobilizações, em como se estabelece o repertório de ação do movimento social. E também, discute as temporalidades da ação, a relação do planejamento conflitual e o tempo da emergência, bem como da atuação de entidades apoiadoras.

O artigo integra a pesquisa “Planejamento e Assessoria Popular em conflitos urbanos e Territoriais no Brasil” e o “Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba”. Para o levantamento de dados, tem como base entrevistas realizadas com o Movimento Popular por Moradia, entidades externas as ocupações e com as coordenações das associações de moradores; dados do observatório (MapCon); visitas em campo; análise de documentos produzidos por assessorias técnicas; e documentos divulgados pelo MPM em redes sociais e blog.

PLANEJAMENTO POPULAR EM SITUAÇÃO DE CONFLITO

A ideia de planejamento conflitual advém do planejamento radical da literatura norte-americana, formulada inicialmente por Friedmann (1987), depois desenvolvida por Sandercock (1998), Beard (2003) e outros autores, que clamaram pelo reconhecimento das práticas cidadãos como formas de planejamento. Esse tipo de planejamento não se define por ator específico (planejador) mas sim um conjunto de práticas contestatórias, enraizadas na base.

Friedman (1987) vai refletir sobre a prática do profissional planejador e a importância de que sua formação não seja apenas técnica, mas um ativista engajado, com papel de mediador, comprometido com o projeto emancipatório do grupo. No Brasil, as práticas chamadas de planejamento radical estariam associadas a práticas militantes ou a um compromisso engajado.

Miraftab (2009, 2016) deriva suas proposições de planejamento insurgente como práticas de grupos subalternos, que não se reconhecem na cidadania formal, e produzem novas identidades e formas de apropriação da cidade a partir de suas práticas. A autora traz o conceito das insurgências, dando a importância para as práticas: (i) contra e anti hegemônicas (sentido de desestabilizar uma ordem normativa estabelecida, anticapitalistas); (ii) transgressoras no tempo e espaço (visão crítica do tempo histórico, produção da memória, do tempo dos lugares, nas diferentes escalas de ação, solidariedade transnacional e nas lutas identitárias); (iii) e imaginativas (descolonização do futuro, elas recuperam o idealismo por

uma sociedade justa, capacidade de construir nova concepção de mundo, alternativa ao projeto neoliberal que tenta aniquilar qualquer projeto de mundo).

Miraftab (2009, 2016) também propõe novas formas de apropriação do espaço urbano a partir das práticas, dando importância a ação direta e aos meios de inclusão autodeterminada no qual os direitos das pessoas são reais e praticados.

O planejamento conflitual são ações produzidas no conflito, e desta forma o conteúdo, o tempo, o escopo, o cronograma, os participantes são definidos de acordo com ritmo do conflito, e as conjunturas políticas, econômicas e sociais (Tanaka; Oliveira; Coli, 2019). A dinâmica do conflito exige uma resposta que não será a mesma do planejamento tradicional. O contexto irá interferir no escopo, no tempo, nos métodos e nos processos. Os planos, no entanto, são dirigidos ao Estado. Eles pressionam para a negociação, em extremas e desiguais condições de poder.

Miraftab (2016) cita a importância da inovação e diversidade nos repertórios, seja o ativismo usando atos performáticos de insurgência para parar uma demolição. Segundo a autora:

“Essas práticas podem ou não permanecer válidas para outra luta, outro tempo e lugar, mas precisamos inventar novas formas de ação, compartilhá-las, criar um repertório, um idioma/ linguagem de planejamento (para usar os termos de Ananya Roy) para empurrar os limites da imaginação e evocar um futuro alternativo que seja pela justiça espacial” (Miraftab, 2016, p. 373).

Tanaka, Oliveira e Coli (2019) apontam como as experiências de planejamento conflitual acionam instrumentos de planejamento urbano diferentes dos tradicionais e desafiam os conceitos formulados em confronto com a literatura de planejamento racional-compreensivo ou mesmo com o planejamento comunitário. A análise dos casos brasileiros revela as limitações de noções e conceitos importados, como instrumentos de investigação dos processos de planejamento conflitual no Brasil. Nas experiências brasileiras os instrumentos utilizados passam por contra laudos, experiências de museus populares (museu das remoções), planos populares, campanhas, e dossiês enfatizando a memória. Estas experiências não fazem parte do repertório do planejamento institucional, indo além, influenciando no registro da história, da memória, e a luta por reconhecimento.

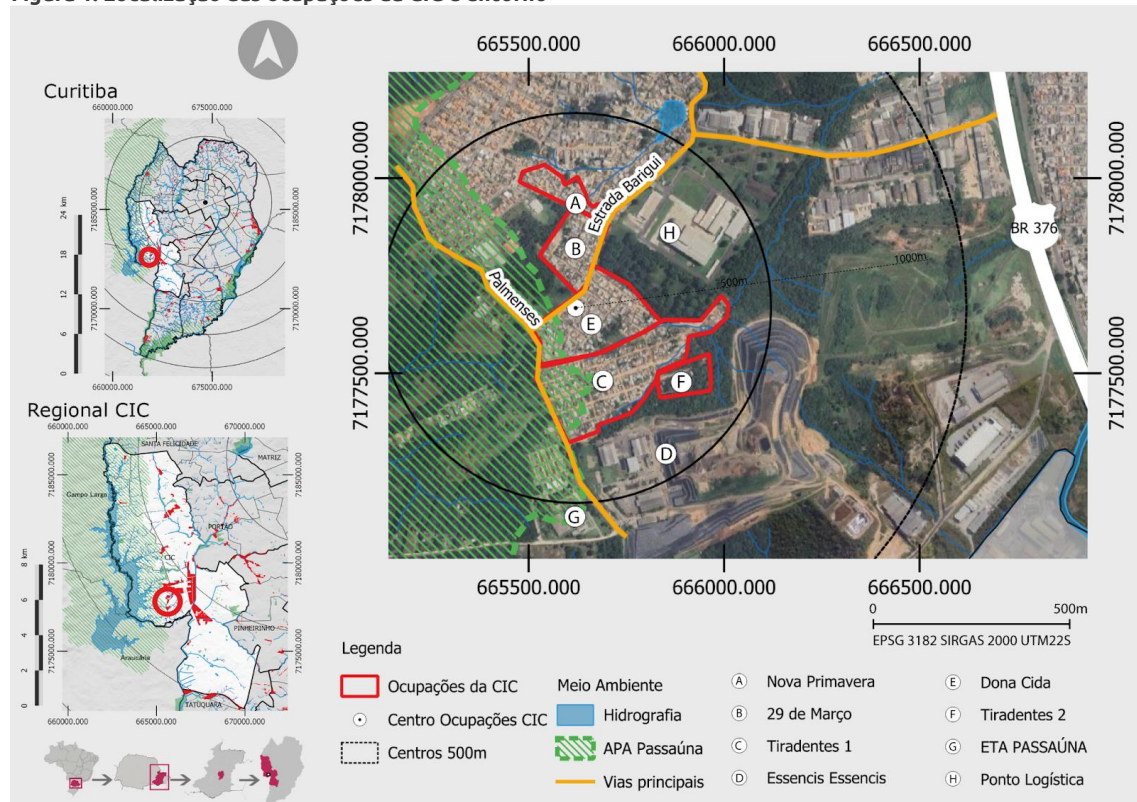
Ao analisar o caso brasileiro, em especial, das ocupações da CIC, é importante destacar que as experiências estão recheadas de contradições. As diversas formas de se manifestar e as práticas cotidianas se entrelaçam numa ambiguidade de conformismo e resistência (Sanches; Polli; Gama, 2023), por vezes baseadas em situações de emergência e exploração, mas, ao mesmo tempo, e ao resistir, podem apontar para as insurgências.

OCUPAÇÕES URBANAS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

Curitiba tem registrado no Sistema de Informações sobre as necessidades do Paraná (Sispehis) 322 favelas e 93 loteamentos irregulares¹, totalizando mais de 50 mil domicílios

(Cohapar, 2023), com destaque a região sudoeste. Das dez regionais estabelecidas no município (divisões administrativas), a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), localizada a oeste, possui maior extensão territorial, ocupando 14,59%, e o bairro de mesmo nome, também possui a maior área, 10,04% (IPPUC, 2015). O CIC é considerado um bairro periférico, pós contorno sul, tanto pela distância do centro (12km) como pela concentração de espaços de ocupação urbana informal presente no território.

Figura 1: Localização das ocupações da CIC e entorno



Fonte: Polli *et al* (2024).

As ocupações da CIC se localizam neste bairro. São formadas por um aglomerado de 5 ocupações: Nova Primavera (iniciada em 2012); 29 de Março (2015); Tiradentes 1 (2015); Dona Cida (2016); Tiradentes 2 (iniciada em 2021 e despejada em 2024). Conforme a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar (2023)², há 1380 domicílios em uma área de 169.722,56 m². Cada uma possui dinâmicas e organizações próprias, com lideranças bem definidas, entretanto muitos eventos ocorridos em uma, tem efeito sobre as demais (Lima, 2019), além de serem contíguas no território.

O acesso principal ao local ocorre pela BR-376, além da Estrada Velha do Barigui e Rua Palmenses, conforme demonstrado na Figura 1. Localizam-se próximo às Moradias Corbélia (habitação popular), do aterro sanitário Essencis, da Estação de Tratamento de Água da represa do Passaúna e da empresa Ponto Logística (anteriormente no edifício funcionava a empresa Toshiba).

A ocupação da Nova Primavera teve seu início em setembro de 2012, com 100 famílias, quadruplicando este número ainda em seu primeiro mês. A área ocupada pertence à

construtora Damiani Soluções de Engenharia, a qual, no mesmo ano do início da ocupação, solicitou a reintegração de posse, que foi negada em favor dos moradores (Holanda; Polli, 2019).

Figura 2 - Início da ocupação Nova Primavera à esquerda, e em 2021 à direita



Fonte: À esquerda, foto de Gregório Bruning (2012). À direita, Kimberly Santos (2021).

Destaca-se que as articulações do movimento e moradores iniciou-se cerca de um ano antes, e que a região ocupada foi escolhida após a reunião de informações em cartórios, secretarias e prefeitura sobre a situação fiscal dos terrenos, visando uma futura negociação com o poder público (Orlandini, 2016; Volochko, 2016).

A Nova Primavera iniciou a ocupação pensando em reivindicar a construção de um conjunto habitacional por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), na modalidade Entidades. A partir de estudos prévios da situação jurídica do terreno, o Movimento Popular por Moradia (MPM) buscou a negociação com o poder público para o atendimento da moradia (Volochko, 2016). Entretanto, essa ideia foi interrompida com o sucateamento da modalidade Entidades a partir de 2016. Hoje os moradores reivindicam a regularização fundiária e urbanística da área (Holanda; Polli, 2019). A figura 2 demonstra a evolução da ocupação. A primeira ainda iniciando as primeiras casas, e a segunda, como o local está atualmente. Nota-se a predominância do uso da madeira e de casas térreas, sem um traçado de vias e terrenos padronizados.

A ocupação 29 de março, surge em março de 2015, em um terreno de 18 mil metros quadrados, abrigando cerca de 230 famílias. Diferente das demais ocupações da área, está situada em terreno público, no Setor de Habitação de Interesse Social (SEHIS), instrumento municipal análogo às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Até o momento, não há qualquer sinalização sobre uma política de regularização fundiária ou urbanística para a área.

O local sofreu um incêndio em 8 de dezembro de 2018, no qual a ação do Estado foi apenas o pagamento de auxílio moradia pela COHAB no valor de R\$ 350,00 para parte das famílias

afetadas. A ocupação recebeu ações de solidariedade de instituições como a ONG TETO, Instituto Democracia Popular (IDP), Universidades, entre outros, que elaboraram o Plano Urbanístico Emergencial de Reconstrução Comunitária (PLUE) para fins de garantia de posse e permanência das famílias no local, após perderem suas casas no incêndio. Houve grande repercussão na mídia, em especial em jornais de caráter popular. Com isso, houve visibilidade a respeito do incêndio e da situação emergencial da 29 de Março e diversos grupos colaboraram, mesmo que de forma pontual - como doações de itens para casa, roupas, material escolar, etc. A Figura 3 expõe algumas imagens da ocupação, antes e após o incêndio.

Os moradores da ocupação afirmam que o incêndio foi criminoso e teria sido provocado por Policiais Militares em represália ao assassinato do policial Erick Nório, na entrada de uma das ocupações ao atender uma ocorrência (Carignano, 2018). Embora o incêndio tenha atingido apenas as casas da 29 de Março, os moradores da Nova Primavera, Tiradentes 1 e Dona Cida relataram violência sofrida no mesmo dia (Vasconcelos, 2018). Em contrapartida, a PM negou o envolvimento de policiais em coletiva de imprensa logo após o incêndio (Sarzi, 2018). Não foi realizada denúncia do incêndio por parte do Ministério Público, mas houve investigação de crime organizado devido a morte do policial, com prisões relacionadas a porte de arma e drogas (Três [...], 2019).

Figura 3: 29 de Março (i) antes, (ii) durante, (iii) após o incêndio e (iv) após reconstrução das casas



Fonte: (i) Arquivos PLUE (2019); (ii) Divulgação Terra de Direitos (2018); (iii) IDP (2019) e (iv) Daniel Castellano (2021).

Também em 2015, no mês de abril, surge a ocupação Tiradentes 1, em um terreno privado da massa falida Stirps, ao lado do aterro sanitário da Essencis. A área de 49 mil metros quadrados, abriga atualmente 600 famílias. A Figura 4 apresenta imagens do local.

Figura 4: Ocupação Tiradentes 1 e sua associação de moradores (construção em azul)



Fonte: Aline Sanches (2021).

Após anos do início da ocupação, em 2022, a Stirps propôs a doação do terreno devido à falta de pagamento de impostos. O Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas da Universidade Federal do Paraná (CEPPUR-UFPR) realizou o Estudo de Viabilidade de Regularização Fundiária da Comunidade Tiradentes na Cidade Industrial de Curitiba (CIC): aspectos urbanísticos, jurídicos e ambientais (Faria *et al*, 2022). O estudo declarou a viabilidade da regularização, o terreno foi doado pela empresa, no entanto, houve impasses nas negociações para saber quem receberia a doação e quem pagaria o Imposto de Transmissão Causa Mortis ou Doação (ITCMD), pois a prefeitura não isentou da cobrança dos impostos. Atualmente, há negociação para doação à associação de moradores da Tiradentes.

No ano seguinte à ocupação da Tiradentes, em setembro de 2016, houve o início da Dona Cida, em um terreno privado, de 45 mil metros quadrados, que abriga atualmente cerca de 450 famílias. Devido ao cenário político com o sucateamento da habitação a nível federal, o modo de organização espacial da Dona Cida foi diferente das anteriores, pois, desde o início já foi estruturada em lotes maiores e planejados com a intenção de regularização fundiária.

Figura 5: (i) Ocupação Dona Cida, (ii) manifestação contra ameaça de despejo (2018) e (iii) convite público para a inauguração do Parquinho Izabelly Alexandra Mariano



Fonte: (i) Aline Sanches (2023); (ii) Joka Madruga (2018); (iii) IDP (2024a).

Em uma avaliação geral do modo de ocupação das três primeiras (Nova Primavera, 29 de Março e Tiradentes), a liderança do MPM, em entrevista concedida em 15 de abril de 2021, salientou que a ausência de espaços comuns interfere na construção da identidade coletiva. Algo que começou a mudar na Dona Cida, com reserva de áreas para uso comum e livres de edificações (Carneiro, 2019), mas ainda com áreas limitadas. Em novembro de 2024, houve a inauguração do novo parquinho para as crianças (Figura 5).

Em abril de 2021, foi ocupada uma área de aproximadamente 15 mil metros quadrados, entre a Tiradentes e o aterro sanitário, intitulada de Tiradentes 2. As 67 famílias ocuparam um terreno privado da Solví Essencis Ambiental S.A e permaneceram até julho de 2024, quando houve a reintegração de posse à pedido da empresa.

Apesar das condições precárias de infraestrutura, as famílias buscaram incorporar, junto ao Movimento Popular por Moradia (MPM), espaços coletivos como a cozinha comunitária, espaço para as crianças e a horta comunitária. A Figura 6 apresenta o espaço, sua proximidade com o aterro sanitário, as casas em madeira e a cozinha comunitária.

Em dezembro de 2023, os moradores, o MPM, a campanha Despejo Zero e organizações apoiadoras instalaram a chamada Vigília pela Vida, no qual permaneceram por 215 dias. O intuito era denunciar o impacto ambiental promovido pela empresa numa região de preservação ambiental (APA) da represa do Passaúna de abastecimento de água da capital, além de pedir uma solução para o problema habitacional (Carrano, 2024a; 2024b).

Figura 6: Montanha de Entulhos na divisa do terreno com a Essencis, fotos da ocupação Tiradentes 2



Fonte: (i) Danielly Dias Sandy (2023) e (ii e iii) Aline Sanches (2023).

Devido ao processo judicial, as negociações entre a Empresa e os advogados populares da Tiradentes 2, foram intermediadas pela Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça do Paraná, assessorada pelos relatórios técnicos da PLANTEAR (Projeto de Extensão da UFPR em Planejamento Territorial e Assessoria Popular). Segundo essa Comissão, depois da Justiça ter decretado o mandato de reintegração de posse, houve uma negociação com a Cohab para a cessão da bolsa-auxílio aluguel. Até a reintegração de posse, em julho de 2024, 11 famílias haviam aderido ao bolsa-auxílio. Após a saída obrigatória, atualmente, aproximadamente 60 famílias recebem o benefício (Comissão de assuntos fundiários do TJPR. Entrevista concedida em 17/09/2024).

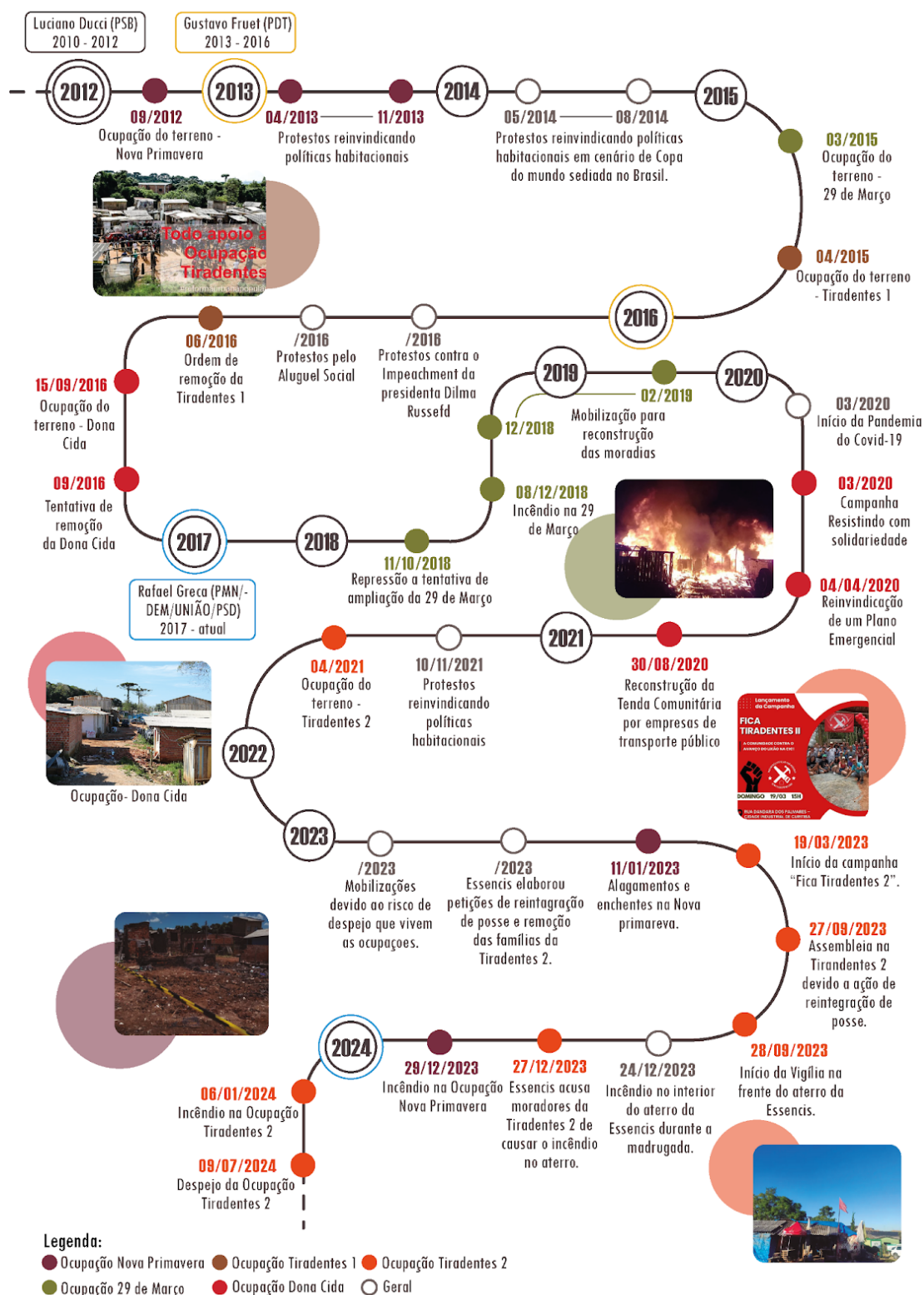
A Figura 7, apresentada na sequência, traça um panorama histórico de marcos vividos pelas cinco ocupações da CIC no período de 2012 à 2024. Os marcos foram representados com cores distintas de modo a correlacionar a ocupação com o acontecimento, assim como também foi indicada a gestão pública correspondente ao período. Destacam-se ainda, os momentos de ocupação, os protestos por política habitacional relacionados ao Estado, as inseguranças diante de remoções, incêndio e pandemia, desse modo, indicando momentos de insegurança e protestos vividos pelos moradores. Destacam-se alguns: (i) A recorrência nos protestos por política habitacional ao longo dos 12 anos; (ii) A insegurança diante da ordem de remoção na Tiradentes I e na Dona Cida em 2016, assim como os constantes pedidos de reintegração de posse vividos pela Tirantes 2 em 2023; (iii) O incêndio que atingiu

porção significativa da 29 de março em 2018 e a mobilização para sua reconstrução; (iv) Os impactos sociais gerados devido a pandemia do Covid-19 ao longo de 2020 e 2021; (v) A ocorrência de três novos incêndios, sendo 1 na Nova Primavera e os outros dois nas proximidades da Tiradentes 2.

Ao longo do tempo nota-se que o cotidiano das ocupações foi marcado por muitas lutas e conflitos. De um lado, as lutas básicas em torno da sobrevivência, da garantia da permanência no lugar, por direitos e mais políticas públicas. E de outro, um território que apesar de algumas conquistas, ainda é marcado pela vulnerabilidade, precariedade e insegurança, na medida em que as ações por parte da PMC não contemplam políticas de regularização fundiária ou outras ações e programas para atender esse grupo social, ou quando contemplam, são ações incompletas e com pouca significância da vida do território periférico. Soma-se a isto, momentos críticos que interferem na segurança da moradia e da vida, como a pandemia e incêndios, aprofundando as camadas de precariedade.

Ao mesmo tempo, o entendimento dos direitos é fragilizado devido às diversas camadas de despossessão e de precariedade. A indeterminação da vida está no espaço das incertezas, uma constante luta pelo existir, em meio à violência e uma ação arbitrária por parte do Estado, que opera por diferentes dispositivos que variam desde a omissão até o braço forte da polícia (Sanches, 2021, p. 162).

Figura 7: Linha do tempo - protestos e ações na disputa pela terra



Fonte: Autoria própria (2024).

Vale ressaltar que no ano de 2015, durante o mandato do prefeito Gustavo Fruet (PDT), surgiu a expectativa de um novo cenário com a aprovação da Lei do Aluguel Social em Curitiba, que no entanto, não chegou a ser implementada. O mesmo se deu na definição das ocupações da CIC como áreas de interesse social no fim de seu mandato, uma vez que a ação não

demonstrou grandes avanços práticos. Desde então, com a eleição do prefeito Rafael Greca em 2017, a cidade de Curitiba segue sem proposições para política habitacional, mas se mantém travando embates com os moradores das ocupações que lutam por sobrevivência.

A partir de 2020, a pandemia do Covid-19 acarretou diversas perdas para as ocupações para além das questões sanitárias. Por outro lado, foi possível observar diversas campanhas de solidariedade entre os moradores e reivindicações por Planos Emergenciais, que reduzissem os grandes impactos causados (Gama *et al*, 2022). Com destaque para a Manifestação Despejo Zero (2021), o Projeto Cidadania e Território (2022) e o Projeto Social Solar - energia para todos (2022).

No ano de 2023, inicia-se novamente o embate com a empresa Solví Essencis Ambiental S.A., focada na ocupação Tiradentes 2, que teve diversos desdobramentos, sendo eles, pedidos de reintegração de posse, solicitações de suspensão de despejo, audiências públicas e manifestações em resistência, como a Vigília pela Vida, a reintegração de posse da área com a sessão do bolsa auxílio para parte das famílias despejadas da área pela Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB).

Apesar de mais de 12 anos de ocupação, não se conhecem ações do Estado que venham ao encontro de sanar a precariedade de infraestrutura e habitacional das áreas ocupadas. As ocupações foram surgindo aos poucos, adjacentes umas às outras, enfatizando a falta de políticas de moradia. Apesar de contextos políticos e formas de organização distintas, as ocupações da CIC apresentam narrativas que se assemelham, seja pela ausência do poder público, pelos casos de incêndio, pelas repressões policiais ou ainda pelas recorrentes tentativas de despejo.

Em contrapartida, não foram só as repressões que se mostraram uma constante, verifica-se que a luta dos moradores esteve presente em todo esse período. A princípio, as mobilizações se deram pelos protestos e reivindicações por políticas habitacionais, entretanto, verifica-se que no decorrer dos anos, novas formas de resistência foram agregadas ao repertório de luta, seja no meio digital, audiências ou campanhas públicas, como exemplo a campanha on-line “Fica Tiradentes 2”, ou no meio físico, com a vigília em frente a Essencis. E mais recentemente, em agosto de 2024, a “Campanha Fora Essencis”. A ampliação desse repertório traz consigo não só o potencial de gerar maior visibilidade à pauta da moradia e aumentar apoiadores, como também se mostra como uma maneira de reafirmar sua existência com a permanência duradoura dessas ações.

A GRAMÁTICA DAS MOBILIZAÇÕES: LINGUAGENS E SÍMBOLOS PICTÓRICOS

A vida cotidiana de movimentos sociais, como o caso do MPM e dos moradores das ocupações da CIC, é continuamente marcada pelas mobilizações, campanhas e ações públicas a fim de anunciar publicamente suas demandas, reivindicar por políticas públicas, denunciar

violações de direitos, e protestar em meio aos conflitos. Ao mesmo tempo, o celebrar, a festa, também faz parte desta agenda de mobilização. Organizam Dia das Crianças, comemoraram aniversários, festas natalinas, doações de roupa e alimentos e outros momentos importantes do assentamento. São vários os repertórios de luta que compõem essa agenda de mobilização.

Já teve gente que conheci no Dia das Crianças, que a gente fez a festa pro dia das crianças, que mora aqui desde o começo, desde a lona, na [Nova] Primavera, e não me conhecia [...] Ai já tem aquele vizinho que vai te contar sobre a história da vida dele, vai te contar que tá precisando [...] (Lideranças Nova Primavera. Entrevista concedida em 29/05/2021).

Teve muita manifestação pra não sair daqui. Paramos muitas vezes a BR. A gente fez muito ato na prefeitura, na COHAB [...] a gente conseguiu parar a Caixa (Lideranças Nova Primavera. Entrevista concedida em 29/05/2021).

As ações coletivas realizadas foram se modificando ao sabor do contexto político, em diferentes escalas e momentos. O MPM e os moradores das ocupações da CIC participaram de mobilizações de escala nacional, em disputa pela terra quando ameaçadas de remoção e por política habitacional (MCMV-Entidades), além de atos contra violência e visibilidade após o incêndio em 2018 (Sanches, 2021).

Destacam-se: (i) a decisão de ocupar o Nova Primavera em período eleitoral municipal (talvez um período menos conflitivo); (ii) as aproximações e negociações menos conflituosas com o governo Gustavo Fruet-PDT (2013-2016) em contraposição com a falta de diálogo no governo Rafael Greca-PSD (2017-2024); (iii) crise política e o Impeachment de Dilma Rousseff e consequentemente a redução de políticas habitacionais no cenário nacional (2016); (iv) os tempos do processo jurídico de reintegração de posse. Tais situações marcam momentos de ações distintas, mas lutas sempre permanentes (Figura 8), uma vez que as políticas públicas não chegam.

Figura 8: Moradores das Ocupações da CIC em ato pelo Aluguel Social



Fonte: Gregório Bruning (2012).

Ao analisar essas mobilizações também é importante analisar o significado pictórico das lutas, combinando fatos, personagens, enquadramentos e avaliações culturais formando uma iconografia própria do protesto (Jasper, 2016). As Figuras 9 e 10, a seguir, sugerem a memória das lutas, manifestações e acontecimentos importantes do assentamento, como o aniversário da ocupação, palavras de ordem como “a luta é todo o dia” e outros significados políticos, parte das lutas por concepção de cidade e por políticas públicas.

Essa ampla produção gráfica reforça uma rede de apoio importante na implementação das ações e o papel da emoção e dos significados políticos na mobilização dos moradores. Com o avanço das redes sociais, as ferramentas virtuais foram fundamentais para o fortalecimento local. Embora este avanço não implique diretamente em maior número de apoiadores externos em território, pode gerar respostas mais rápidas, e maior propagação. Os grupos de whatsapp se tornaram um meio de convocação: “A ação também foi chamada no grupo [de WhatsApp], foi colocado o nome. A gente falava, se você quer sua casa, vai ter que lutar. Então vai ter que ir todo mundo” [...] (Liderança Tiradentes 1. Entrevista concedida em 22/05/2021). Notou-se que parte da divulgação de campanhas realiza denúncias e/ou chamam para o território, como o mutirão da Dona Cida para construção do parquinho e o lançamento da campanha Fica Tiradentes II.

Figura 9: Pannel com cartazes de algumas mobilizações



Fonte: Holanda e Polli (2019).

Figura 10: Divulgação por meio do Instagram



Fonte: Em cima - (i) IDP (2024b); (ii) Fora Essencis (2024a); embaixo - (iii) Campanha Despejo Zero (2023); (iv) Fora Essencis (2024b).

A construção desta gramática, linguagem e iconografia visual reforça a trajetória e memória das lutas, na conquista de aliados, simpatizantes e apoiadores. No meio online, é possível ver tais publicações no perfil do MPM, como também de diversas entidades externas, apoiadores e em páginas pessoais. A longa trajetória das ocupações da CIC aponta elementos distintos para uma constante e permanente ação dentro do território precarizado. Se os movimentos, lideranças, apoiadores não se auto-organizam, a vida cotidiana dos territórios populares fica comprometida.

TEMPORALIDADES DAS PRÁTICAS: AÇÕES PONTUAIS E PERMANENTES

O planejamento em situação de conflito ocorre em meio às emergências cotidianas. Diferente do planejamento urbano tecnicista que visa projeções futuras, este foca no “agora”, como as tecnologias sociais em frente à despejos no caso da Tiradentes 2 (Polli *et al*, 2024), ou mesmo para reconstruir após o incêndio na 29 de Março, por meio do PLUE (Sanches, 2021).

São ações produzidas no contexto de conflito e que são moldadas de acordo com o próprio ritmo do conflito (Tanaka; Oliveira; Coli, 2019). Como exemplo, após o incêndio da 29 de Março, quando um grupo se formou para a assessoria técnica em arquitetura, produzindo o PLUE. Além disso, ao longo do tempo, ampliou-se o repertório do MPM, incluindo na forma de organizar e produzir o espaço. Enquanto na Nova Primavera o terreno foi ocupado em 2012 de forma a ter um espaço para a construção de edifício habitacional, na Tiradentes 2 em 2021, as casas eram mais espaçadas e contavam com áreas comunitárias.

Assim como Vainer *et al* (2013) coloca, os produtos do planejamento, mesmo que provisórios ou preliminares, são instrumentos de luta em momentos específicos, como por exemplo após um incêndio, em momentos de ameaça de remoção ou outros momentos emergenciais. No desenvolvimento do PLUE, os moradores da 29 de Março, em conjunto com entidades externas, se utilizaram do plano para permanecer na área, uma vez que havia um receio de não conseguirem reconstruir suas casas e serem impedidos de utilizarem o terreno.

A tendência é que as ações emergenciais sejam práticas e mais pontuais, e podem alterar o protagonismo das estratégias (Tanaka; Oliveira; Coli, 2019), como a atuação do Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas (NUFURB) e do IDP frente a decisões judiciais e remoções. Durante a construção de planos e projetos, as decisões tomadas em meio ao conflito podem ser influenciadas pela emergência, com resoluções focadas no curto prazo (Tanaka; Oliveira; Coli, 2019). Entretanto podem amenizar os impactos e colaborar na vida cotidiana de forma a dar um suporte à vida.

A solução esperada em urbanização de assentamentos precários, a ser promovido pelo Estado, tem se constituído numa espera de longo prazo, recheada de incertezas, inseguranças e precariedade. Para Tanaka; Oliveira; Coli (2019), a maioria das experiências coletivas dependem de investimento do poder público para se concretizarem. Enquanto isso, os coletivos experimentam lutas que envolvem ações de economia solidária, cozinha comunitária, tecnologias sociais, mobilização, assessoria e cartografia social, numa gramática própria das lutas populares.

Por vezes, as experiências coletivas contam com a atuação de entidades externas à ocupação e aos seus moradores, que influenciam no planejamento conflitual, no cotidiano ou em emergências. Nas ocupações da CIC, foi levantado grupos políticos partidários (com maior presença do PT e PDT), institutos (IDP), ONGs (TETO), universidades (UFPR e UTFPR) e órgãos

públicos, como a defensoria pública, além de movimentos sociais (MPM e MST). Alguns com ações pontuais e outros com uma presença contínua no território. (Sanches, 2021)

Entende-se que os diversos agentes externos às ocupações formam os vínculos sociais por meio de trabalhos cotidianos e, ainda, ao se mostrarem disponíveis em colaborar sempre que necessário. A prontidão (Martins, 2013), o “estar disponível”, contribui para as relações e fortalecimento do vínculo. Estas situações ajudam a fortalecer o vínculo, por compreender as demandas urgentes para além do trabalho contínuo realizado.

Esta disponibilidade é para além da presença em território e de uma resposta rápida às demandas, ela reflete uma solidariedade cotidiana de classe. Por exemplo, o professor coordenador do POU (ação de extensão da Tiradentes da UFPR) relatou que já auxiliaram em campanhas de arrecadação de alimentos, mesmo que esse não fosse o objetivo do projeto. O IDP destacou na entrevista a importância desta resposta e do vínculo criado com as coordenações:

[...] a gente faz um trabalho permanente lá, que é nos bons e nos maus momentos. Quando tem alguma coisa assim [como incêndio], a gente é um contato que eles chamam bem rápido. Um dos primeiros órgãos, entidades que entram em contato. E a gente sempre tenta atuar de prontidão, porque a gente tem uma prioridade bem grande com a atuação com as ocupações da CIC (IDP. Entrevista concedida em 06/05/2021).

Por meio das entrevistas realizadas, pesquisa documental em jornais e visitas em campo, foi possível identificar que algumas entidades realizam trabalho pontual e outras são permanentes, sendo mais presentes ao longo do tempo (Sanches, 2021).

Cabe destacar que as duas situações não são excludentes entre si, numa dicotomia. Uma atuação que incida no cotidiano pode ser difusa ao longo do tempo. Nem sempre é possível que exista uma ação ou planejamento de longo prazo. É o caso de vereadores que defendem a causa da moradia popular, mas possuem a demanda de todo município.

Ou ainda, do Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas (NUFURB) da Defensoria Pública do Estado, que atende todo o Paraná com uma equipe reduzida e com poucos recursos técnicos e financeiros, conforme relatado pela defensora. Entretanto, ambos possuem força para atender as demandas contra despejos.

O MST esteve presente nas primeiras semanas do início da ocupação Nova Primavera, na reconstrução após o incêndio, e na pandemia. O diretor do MST no Paraná destaca, em entrevista, que buscam fortalecer as lideranças locais quando atuam em território. Entretanto, não é constante, atuam em um nível cotidiano por um período determinado de tempo (Sanches, 2021).

As temporalidades da ação são muitas e os apoiadores variam no tempo, no contexto cultural, político-econômico, onde esses territórios estão inseridos. As urgência/emergência em determinados momentos moldam a ação e a atuação dos grupos organizados. O tempo do

processo jurídico, da universidade e projetos de extensão, da assessoria popular e dos apoiadores também é um fator preponderante para as ações propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter de auto-organização das ocupações da CIC, popular e em permanente tensão no contexto de conflito apontam algumas das características do tipo de planejamento discutido ao longo deste artigo, que avançam para além da esfera do Estado.

O repertório de ação é constituído inicialmente pela ocupação e construção dos barracos, depois pela reconstrução de casas (após incêndio), laços de solidariedade e conflitos internos (pandemia e no cotidiano), disputas fundiárias (pela posse do terreno). E mostram algumas das ações de autoprodução do seu território, ações a partir da necessidade prática que exigem uma complexidade de organização e mobilização, mas não sem conflitos internos.

Buscando construir legitimidade social, envolvem disputas de narrativas com a produção de símbolos e imagens que mostram a construção de uma linguagem própria do conflito, numa gramática militante, que também utiliza das ferramentas de comunicação disponíveis em redes sociais.

Apesar das mídias sociais e whatsapp serem importantes no processo de mobilização e organização das lutas, elas por si só não alteram as disputas fundiárias e os direitos sociais da população moradora das ocupações. A mobilização digital é importante mas sem o confronto no território fica esvaziada do seu poder transformador.

O contexto de conflito molda as ações, as ferramentas e as formas de intervenção estabelecidas no território. Frente a uma emergência, grupos se organizam pontualmente e logo se dissolvem após atendimento de demanda pontual (como o caso do PLUE). Outras entidades, com atuação contínua ao longo do tempo, adaptam seu escopo (como ocorrido durante a pandemia de Covid-19). Ainda, em casos de reintegração de posse, o IDP ou advogados se tornam protagonistas devido ao conhecimento técnico na área do direito urbano.

Há a importância de valorizar estas práticas que surgem nas emergências, mas com a ciência de não tornar uma transferência de responsabilidade, uma vez que o Estado, ou especificamente a Prefeitura de Curitiba, não tem ações para habitação popular que atendam essas demandas. Miraftab (2009, 2016) aponta situações de esgotamento do Estado chamando de “esquizofrenia do planejamento” essa forma distorcida e transfigurada do planejamento, distante da realidade social. Há uma disputa pelo futuro quando se analisa o planejamento tecnicista, considerado a longo prazo, enquanto o planejamento popular baseado na emergência consegue apenas focar no presente, como não ser removido ou reconstruir casas após o incêndio. No entanto, o planejamento em contexto de conflito atinge o nó da questão, avançando especificamente nas demandas populares.

O padrão da prefeitura é a descontinuidade das ações e se baseiam na produção de novas unidades habitacionais de acordo com investimentos federais (Lunelli, 2024). Isto é, construção de casas em terrenos vazios e periféricos, com poucas experiências de urbanização de favelas. A experiência acumulada dos movimentos sociais por moradia no Brasil aponta serem capazes de encontrar alternativas para a habitação popular, no entanto, o problema permanece quanto o território não tem o mínimo de infraestrutura (esgoto, energia, água) para garantir a habitabilidade. Enquanto isso, os moradores das ocupações da CIC trabalham no imediatismo visando o cotidiano e a sobrevivência, com o horizonte na luta pela regularização e urbanização do assentamento.

As experiências relatadas apontam os limites da práxis planejadora, mas revelam por meio do reconhecimento dos conflitos, as divergências, a multiplicidade de situações, as disputas e forças que agem no território. Entre os limites, está o fato de que a ação popular planejada não é reconhecida entre os gestores públicos como uma prática legítima de planejamento.

Apesar dos 12 anos de existência de algumas ocupações do CIC, não há previsão estatal para o atendimento às demandas por regularização fundiária ou qualquer tipo de investimento em urbanização dos assentamentos precários, os imbrólios jurídicos permanecem sem uma perspectiva de solução.

Permanentemente observa-se um processo de perda gradual da noção de direitos, tratando como normal a informalidade e precariedade urbana. Apesar da interlocução da comissão de assuntos fundiários, nota-se poucos ganhos práticos em termos de avanços às demandas populares ou políticas públicas.

O nó da terra (Maricato, 2008) é um problema recorrente neste tipo de situação pelo Brasil, na qual permanecem as relações desiguais de poder no território. O repertório de luta tão diverso e, se necessário radical, disputa a distribuição de terras e a questão fundiária na periferia, tensiona as políticas a pensar alternativas, mostrando a potência e importância destas mobilizações.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. F. de. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade-modelo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

AMEP. AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDUI-RMC)**. Produto 02D - Diagnóstico para Habitação de Interesse Social da RMC. Curitiba, 2024.

BEARD, Victoria A. Learning Radical Planning: The Power of Collective Action. In **Planning Theory**, Vol. 2 (1): 13-35: SAGE Publications, 2003.

CARIGNANO, J. C. "Nosso Natal será cinza, em meio às cinzas", diz morador de ocupação no Paraná. **Brasil de fato Paraná**, 10 fev. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/10/nosso-natal-nao-e-de-luzes-nao-tem-cor-sera-cinza-em-meio-as-cinzas>. Acesso em: 25 set. 2024.

CARNEIRO, P. B. **Representações sociais sobre o direito à cidade e à habitação: um olhar da periferia**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CARRANO, P. Curitiba: famílias estão acampadas há quatro meses na frente do aterro da Essencis. **Brasil de fato Paraná**, 30 jan. 2024a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/30/curitiba-familias-estao-acampadas-ha-quatro-meses-na-frente-do-aterro-da-essencis>. Acesso em 25 ago. 2024.

CARRANO, P. Em Curitiba, comunidade Tiradentes II conquista auxílio moradia e encerra vigília após 215 dias. **Brasil de fato Paraná**, 19 abr. 2024b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/19/em-curitiba-comunidade-tiradentes-ii-conquista-auxilio-moradia-e-encerra-vigilia-apos-215-dias>. Acesso em 25 ago. 2024.

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná**. Sistema de Informações sobre as necessidades do Paraná. 2023. Disponível em <https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/listaFormMunicipio.php>. Acesso em 10 ago 2024.

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná**. Conceitos e orientações. Sem data. Disponível em <https://www.cohapar.pr.gov.br/PEHIS-PR-Conceitos-e-Orientacoes>. Acesso em 10 ago 2024.

FARIA, J. R. V.; PONTES, D. R. ; SCHMITZ, A. ; SANCHES, A. ; ESTECHE, B. G. ; RIBEIRO, G. B. ; BONNET, J. M. ; KURCHAIT, S. Z. . **Estudo Técnico 03-2022 Viabilidade de Regularização Fundiária da Comunidade Tiradentes na Cidade Industrial De Curitiba (CIC): aspectos urbanísticos, jurídicos e ambientais**. 2022.

FRIEDMANN, J. **Planning in the public domain: from knowledge to action**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987.

FORA ESSENCIS. **Por meio desta nota pública prestamos nosso apoio à luta da ocupação Tiradentes II, onde moravam cerca de 67 famílias, que vinham lutando por moradia digna e também contra o lixão irregular da Solvi Essencis, localizado ao lado da Sanepar (...)**. Curitiba, 12 jul 2024b. Instagram: @fora.essencis. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C9VejRcvsFT/?img_index=1. Acesso em 30 nov 2024.

FORA ESSENCIS. **O lixo da Essencis tem sido causador de diversos problemas para a cidade de Curitiba, em especial aos moradores da CIC (...)**. Curitiba, 24 mai 2024b.

Instagram: @fora.essencis. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/C7W2znruFG8/?img_index=1. Acesso em 30 nov 2024.

GAMA, C. ; KSZAN, M. S. ; POLLI, S. A. ; LUNELLI, A. ; SANCHES, A. . Solidariedade frente à desigualdade em tempos de pandemia: um olhar a partir de Curitiba (Brasil). **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, v. 23, p. 5-19, 2022.

HOLANDA, A.; POLLI, S. A. Movimento Social e Política Pública: Conflitos e lutas por moradia. In: POLLI, S. A; FARIA, J. R. V. de; SOUZA, M. de; GUSSO, R. J. (Eds.). **Conflitos urbanos em Curitiba**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019, p. 199.

IDP. INSTITUTO DEMOCRACIA POPULAR. **A DIVERSÃO TÁ LIBERADA! (...)**. Curitiba, 5 nov 2024a. Instagram: @institutodemocraciapopular. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DB_5jO_R7bK/. Acesso em 30 nov 2024.

IDP. INSTITUTO DEMOCRACIA POPULAR. **SÁBADO TEM: MUTIRÃO NA COMUNIDADE DONA CIDA (...)**. Curitiba, 19 ago 2024b. Instagram: @institutodemocraciapopular. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C-2gMphxQig/>. Acesso em 30 nov 2024.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Nosso bairro**. Curitiba, 2015.

JASPER, J. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LIMA, N. R. DE. **Conflitos urbanos em Curitiba/PR à luz da territorialidade de organizações populares**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2019.

LUNELLI, A. **Curitiba, cidade em disputa: tramas da Política Habitacional de Interesse Social (2017-2022)**. Dissertação. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2024.

MARICATO, E. O nó da terra. **Revista Piauí**. Junho, 2008.

MARTINS, J. de S. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, Aracaju, v. 1, n. ju/dez. 2013, p. 13-48, 2013. DOI: 10.20336/rbs.41.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. In: **"Planning Theory"**, Vol.8, p. 32-50; SAGE Publications, 2009.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 363-377, 2016. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499>>. Acesso em: fev./2017.

ORLANDINI, M. G. **Comunicação comunitária a exercício da cidadania: produção do jornal Pisa Ligeiro**. 142 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

POLLI, S. A; VICTOR, G. V. S; VALE, G. M. M. do; SANCHES, A; GAMA, C. Planejamento contra-hegemônico e Tecnologias Sociais: diálogos possíveis a partir da ocupação Tiradentes II – Curitiba. **Anais do 10º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável**. Guimarães, Portugal, 2024.

SANCHES, A. **Entre a indeterminação da vida e o direito à cidade na periferia: estudo de ações coletivas nas ocupações da CIC**. 183 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR): Curitiba, 2021.

SANCHES, Aline; POLLI, Simone; GAMA, Carolina. Conformismo e resistência nas ações coletivas das ocupações da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 48, n. 260, p. 225-244, maio/ago. 2023.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

SANDERCOCK, L. Introduction: Framing insurgent historiographies for Planning. Em: SANDERCOCK, L. (Ed.). **Making the invisible visible: a multicultural planning history**. California studies in critical human geography. Berkeley: University of California Press, 1998. p. 1–36.

SARZI, L. Moradores acusam policiais de causarem incêndio devastador. “Chegaram igual exército e encapuzados”. **Tribuna Paraná**. 8 dez. 2018. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/seguranca/moradores-acusam-policiais-decausarem-incendio-devastador-chegaram-igual-exercito-e-encapuzados/>. Acesso em: 6 ago. 2020.

TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabrício L.; COLI, Luis Régis. Planejamento autônomo e ação política na cidade. **Anais do XVIII ENANPUR**. Natal: ANPUR, 2019.

TANAKA, G.; COLI, L. R.; COSTA, C. R. P. da S. Mobilizações Populares para o Direito à Cidade no Rio de Janeiro: mulheres em busca de caminhos (im)possíveis. **arq.urb**, n. 38, p. 98–110, 2023.

TRÊS PMs são presos em operação do Gaeco que investiga incêndio que destruiu casas em ocupação de Curitiba. **G1 Globo Paraná RPC**. 18 set. 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/09/18/gaeco-deflagraoperacao-para->

investigar-incendio-que-destruiu-casas-na-vila-corbélia-emcuritiba.shtml. Acesso em: 28 set. 2021.

VAINER, Carlos; BIENENSTEIN, Regina; Tanaka, Giselle M. M.; OLIVEIRA, Fabricio L.; LOBINO, Camila; SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco. O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. **Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR**. Recife: ANPUR, 2013.

VASCONCELOS, F. **Ocupação 29 de março: cenas de guerra e indignação. Brasil de fato Paraná**, 08 dez. 2018. Disponível em <https://www.brasildefatopr.com.br/2018/12/08/ocupacao-29-de-marco-cenas-deguerra-e-indignacao>. Acesso em 6 ago. 2020.

VOLOCHKO, D. Lutas urbanas na metrópole de Curitiba: moradia popular, ocupações de terra e resistências. **Geo Textos**, v. 12, n. 1, p. 37–50, 2016.

¹ O Sispehis utiliza o termo favela para designar “um conjunto de no mínimo 10 habitações/domicílios (casas, barracos, etc.) ocupando terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, enquanto os loteamentos irregulares “são áreas que foram subdivididas e vendidas e estão ocupadas por população de baixa renda que, embora possam apresentar características físicas regulares (arruamento, lotes definidos, etc.), são irregulares, não tem aprovação nem registro pelo poder público e muitas vezes se assemelham às ocupações irregulares tipo favela” (Cohapar, 2024, s/p).

² Embora seja o dado institucional mais recente divulgado, há algumas ressalvas: A Tiradentes 2 está marcada com uma área maior do que as famílias efetivamente ocuparam, com estimativa de 15 mil m², enquanto a Cohapar marcou 62 mil m². Além disso, os dados de 2023 não apresentam atualização das informações da Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes 1, apresentando os mesmos dados de 2016, e da Dona Cida de 2019.